

PIETRO VERONESE

Projecto: Caminhos da Paz

Italiano

Foi por quase 30 anos jornalista do *la Repubblica*¹. Como jornalista especializou-se em assuntos africanos. Viajou muito e naturalmente para os lugares que tinham mais acontecimentos, que na época era a África Austral: África do Sul, Moçambique, Zimbábwe, Angola, etc., e no Corno de África, Somália e Etiópia. Nos anos seguintes para o Sudão, Quênia, etc.

P.: O que nos tem a dizer sobre os movimentos de libertação no final dos anos 60, início dos anos 70?

PV: Eu não sou assim tão velho para ter sido jornalista desde então, porque quando comecei a trabalhar no *la Repubblica*, viajámos no início dos anos 80. Mas, certamente lembro-me que África transformou-se depois da II Guerra Mundial, no início dos anos 60, com uma grande leva de independências. Nessa grande corrente ficaram para trás como “ilhas” alguns países, nações africanas que não estavam livres ainda, especialmente as ex-colónias portuguesas, Moçambique e Angola. Depois, naturalmente, na extremidade sul do continente havia o problema do *apartheid*, um país independente, mas que tinha um sistema aberrante, monstruoso, que a comunidade internacional condenava, mas que na realidade estava em vigor, até que foram os próprios sul-africanos a derrotá-lo.

P.: Desse período ainda da libertação, uma nota saliente foi o facto do Papa ter recebido representantes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

PV: Absolutamente. Aquele era um período que deveria ser reconstruído, em detalhe, porque faz parte da história também da Itália, de como era a Itália naquela época. Certamente um país onde estavam vivos e activos movimentos progressistas, digamos de esquerda e tais movimentos sentiam um forte elo com os movimentos de libertação de África, mas não só de África.

Então a uma certa altura os movimentos de libertação foram convidados a Roma para uma grande reunião. Os líderes desses movimentos, especialmente das três ex-colónias portuguesas: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Nesse ponto, encontrando-se em Roma houve esse acontecimento, de alguma forma inesperado, da audiência do Papa a esses três movimentos. Foi surpreendente, porque se tratavam de movimentos que naquela época lutavam com armas e punhos contra Portugal. Mas mesmo assim, o Papa, que na época era Paulo VI, os recebeu no Vaticano.

P.: As colónias portuguesas ficaram independentes num contexto de plena Guerra Fria. Como se relacionou a independência com a Guerra Fria?

¹*la Repubblica* é um jornal italiano de interesse geral. Foi fundado em 1976, em Roma, pelo Gruppo Editoriale L'Espresso (agora conhecido como GEDI Gruppo Editoriale) e liderado por Eugenio Scalfari, Carlo Caracciolo e Arnoldo Mondadori Editore. Nascido como um jornal de esquerda radical, desde então moderou uma postura política mais suave da centro-esquerda.

PV: Os movimentos que tomaram o poder em 1975, depois da Revolução dos Cravos² em Portugal, cometeram o erro clássico de pensar que bastava tomar o poder. Na realidade não era bem assim. Havia problemas internos e internacionais. Internos porque nem todos eram a favor das concepções existentes sobre o poder do Estado e havia também diferenças étnicas. Esses movimentos muitas vezes não representavam a colectividade da população das ex-colónias portuguesas.

Em segundo lugar, havia os condicionalismos internacionais devidos ao clima da Guerra Fria³. Era muito difícil não ser de uma parte, ou de outra, naquela situação que dividia o mundo inteiro. Havia na época o Movimento dos Não Alinhados⁴, movimento de alguns países que buscavam criar um espaço político internacional que não fosse nem com o bloco ocidental, nem com o bloco comunista. Mas nunca conseguiu uma relação de paridade com as outras duas. Então, era preciso escolher, porque os condicionalismos impunham isso, em qual parte estar.

Queria acrescentar uma coisa: A África Austral tinha também uma dinâmica própria, muito especial, devido à presença da África do Sul que era na época uma potência na região, como o é agora. Mas essa potência estava ao serviço do sistema da segregação racial. Então, a África do Sul jogava o seu próprio jogo, e certamente era uma aliada do ocidente e portanto, aproveitava-se das relações de força da Guerra Fria. Mas no final seguia a sua própria agenda, que era a de perpetuar o domínio da minoria branca sul-africana sobre a maioria de pele negra. Então, para garantir a segurança desse sistema não hesitava em desestabilizar os países vizinhos para enfraquecê-los, para que nunca constituíssem uma ameaça real para si própria.

Assim, a África do Sul jogava o seu próprio jogo e havia algumas dinâmicas, particularmente complexas na África Austral que tornavam os problemas que se criavam, particularmente complexos de se resolverem. Esses problemas eram as guerras civis, guerrilhas, instabilidade, mortes, pobreza e tudo aquilo que sabemos.

P.: Em Angola cedo estalou uma guerra os ex-movimentos de libertação. Mas em Moçambique a oposição teve de ser criada do zero. Quer comentar?

PV: Essa é uma diferença fundamental, porque em Angola, no momento da libertação, estavam presentes vários movimentos, onde cada um tinha participado na luta de libertação. Em Moçambique não foi assim por vários motivos. Havia um monopólio, um só movimento que era a FRELIMO que representava o país inteiro. Então, efectivamente era preciso buscar aliados internos em Moçambique. Em parte, tais aliados foram criados talvez dos erros que, nos primeiros períodos, a FRELIMO cometeu sobre algumas questões. Como por exemplo, a

²Revolução de 25 de Abril, também referida como **Revolução dos Cravos**, refere-se a um período da História de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de Abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933 e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de Abril de 1976, com uma forte orientação socialista na sua origem.

³ **Guerra Fria** é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

⁴ **Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)** é um movimento que reúne 115 países (em 2004), em geral nações em desenvolvimento, com o objectivo de criar um caminho independente no campo das relações internacionais que permita aos membros não se envolver no confronto entre as grandes potências. É uma associação de países formada com o aparecimento dos dois grandes blocos opostos durante a Guerra Fria liderados pelas superpotências de então (EUA e URSS). Seu objectivo era manter uma posição neutra e não associada a nenhum dos grandes blocos. Nesse sentido, o Movimento está intrinsecamente ligado ao confronto ideológico Este-Oeste da Guerra Fria no século XX.

indiferença religiosa da FRELIMO, ou seja, não ter entendido a profundidade dos sentimentos religiosos da maior parte da população. Isso pode ser um ponto.

De qualquer forma havia essa indiferença, ou seja, qualquer força que tentasse levantar-se contra o governo da época, de Moçambique livre, essa força não teria a legitimidade de ter participado na luta de liberação, era preciso inventá-la.

P.: Como viu o processo dos rodesianos apoiarem a RENAMO e depois a terem “passado” para a África do Sul?

PV: Não acompanhei realmente os acontecimentos anteriores em relação à Rodésia. Mas, certamente, aquilo representou o último foco, porque a Rodésia tinha-se separado da *Commonwealth*⁵ britânica já há muito tempo e tinha instaurado um regime similar, comparável ao sul-africano. Todavia diferentemente da África do Sul, ali havia iniciado um movimento de libertação e, portanto, havia um problema análogo somente dentro do país, não com a potência colonial. Então, certamente, o regime de Smith⁶ tinha interesse em desestabilizar os países vizinhos. Mas que a RENAMO tenha sido uma criação do regime de Smith e depois cedida à África do Sul quando se alcançaram os acordos de *Lancaster*⁷ e a Rodésia passa a ser Zimbabwe, isso eu não sabia.

P.: Como se apresentava a situação na região na altura em que começou como correspondente e como se desenvolveu até ao Acordo de Nkomati?

PV: Durante as minhas primeiras viagens à África do Sul este era um país que gelava a alma. Principalmente, lembro-me que naquele período éramos como interlocutores das autoridades. Naquela época todos os movimentos de oposição eram banidos do país. O *African National Congress*⁸ estava no exílio, como sabemos, e agia dentro de África de forma clandestina. Então as autoridades com que nós lidávamos eram as do *apartheid*. Era desarmante a tentativa de apresentar esse sistema como um sistema justo, como um sistema bom e que era a melhor coisa para o desenvolvimento do país. Nós – refiro-me a nós, jornalistas – escutávamos esses argumentos, que eram argumentos insustentáveis.

Depois via-se esse controlo difuso, falo do início dos anos 80. As coisas começaram a mudar em meados dos anos 80. Mas as leis do *apartheid* estavam ainda em pleno vigor, e portanto, a

⁵ *Commonwealth of Nations* (Comunidade das Nações), normalmente referida como *Commonwealth* e anteriormente conhecida como a *Commonwealth* Britânica, é uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independentes. Todas as nações membros da organização, com excepção de Moçambique (antiga colónia do Império Português) e Ruanda (antiga colónia do Império Belga), faziam parte do Império Britânico.

⁶ **Ian Douglas Smith** (Selukwe, 8 de Abril de 1919 — Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

⁷ **Acordo de Lancaster House**, assinado em 21 de Dezembro de 1979, permitiu a criação e o reconhecimento da República do Zimbabwe, substituindo o Estado não reconhecido da Rodésia criado pela Declaração Unilateral de Independência de Ian Smith em 1965. O acordo cobria a Constituição da Independência, acordos pré-independência e um cessar-fogo. Os partidos representados durante a conferência que decorreu entre 10 de Setembro a 15 de Dezembro de 1979 foram: o Governo Britânico, a Frente Patriótica liderada por Robert Mugabe e Joshua Nkomo, ZAPU (Zimbabwe African Peoples Union) e ZANU (Zimbabwe African National Union) e o governo da Rodésia, representado pelo Bispo Abel Muzorewa e Ian Smith.

⁸ **ANC - African National Congress** (Congresso Nacional Africano) é um partido político sul-africano fundado em 1940. Desde o fim do regime do *apartheid*, em 1994, o ANC é o principal partido político da África do Sul, sendo apoiado pela aliança com Congresso dos Sindicatos Sul-africanos e o Partido Comunista Sul-Africano. Nelson Mandela foi a figura mais influente do partido, assim como de todo o continente africano. Nas eleições de 2009, o ANC obteve 65.9% dos votos para a Assembleia Nacional, confirmando-se como o partido político dominante.

maior parte da população vinha para as cidades de dia e voltava de noite para as suas *Township*⁹. Portanto, havia esse povo migrante no próprio território. As cidades eram cidades brancas. Havia uma situação entre o irreal e o assustador. Essa era a face que representava na época a África do Sul.

A primeira vez que fui a Moçambique foi, finalmente, logo em seguida ao Acordo de Nkomati¹⁰. Digo finalmente, porque estava muito curioso sobre esse país e porquê? Porque era um país que tinha fortes relações com a Itália. Eu tinha interlocutores na Itália que me falavam de Moçambique, que ajudavam Moçambique, que operavam naquele país. Tinha inclusive amigos, ou filho de amigos que se encontravam com acordos universitários em Maputo. Então, tinha uma certa curiosidade sobre esse país, comentavam-me sobre ele e eu o queria conhecer. O momento chegou em 1984, quando de surpresa, Moçambique de Samora Machel, na época Presidente, fez um pacto com o diabo, ou seja fez o Acordo em Nkomati que foi justamente vivido como um acordo feito com o pior inimigo que o Moçambique podia ter, que era o governo sul-africano.

Foi então uma grande notícia, aquela do Acordo de Nkomati e na onda dessa notícia fui ao país para ver um pouco como estava a situação. Fui com um avião de ajuda, um avião militar italiano, carregado de ajuda recolhida pela organização *Mani Tese*. O avião pousou em Tete, no norte e eu desci com essa carga. Depois o avião partiu e eu fiquei. Um funcionário da embaixada da Itália foi-me buscar e depois por via aérea – porque somente por via aérea era possível atravessar o país - pousámos em Maputo. Essa foi a minha primeira descoberta, ou seja, um país fora de controlo. Um país onde não se podia viajar, altamente inseguro. Essa sensação era ainda mais forte em Maputo que era uma cidade muito pobre, faminta, isolada, da qual não se saía e de certa forma, uma cidade-prisão. Não era uma cidade sitiada, não era que na esquina, na periferia de Maputo, estivesse o inimigo. Não, mas havia a insegurança, o inimigo poderia estar ali. O governo não tinha força para controlar e garantir o território.

Naturalmente, essa é uma coisa que os moçambicanos sabem melhor do que eu, ou aqueles que viveram aquela situação, os moçambicanos da minha geração. Mas para mim foi uma descoberta agonizante, a dificuldade da vida, a dificuldade em comer que tinham os habitantes da cidade. Os expatriados tinham uma vida muito mais fácil, porque por mais que se esforçassem em compartilhar a situação podiam tranquilamente ir fazer compras na loja franca que era uma loja onde se pagava em moeda estrangeira. Ali havia essa loja de *Duty Free*, administrada por uma organização comercial internacional. Encontrava-se de tudo, mas para os moçambicanos que pagavam em Meticais isso não era possível.

Então, encontrei essa cidade pobre que vivia de rumores e boatos, não se sabia bem o que acontecia no resto do país. Entendi muito bem as razões profundas dos acordos, ou seja, era preciso fazer aquele pacto com o diabo.

⁹ *Township* - Na África do Sul, este termo referia-se às áreas urbanas segregadas racialmente, muitas vezes subdesenvolvidas que, desde o final do século 19 até o final do *apartheid*, eram reservadas para não-brancos, principalmente indianos, negros e mistos. Os *townships*, geralmente, eram construídos na periferia das cidades. As *townships* para não-brancos também eram chamadas de *locations* ou *lokasies* em africânder e muitas vezes ainda são referidas por esse nome em cidades menores. Também é usado o termo em gíria *kasie*, uma versão curta popular de *lokasie*.

¹⁰ **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egidio.

Eu voltei a Itália com um sentimento de compreensão, de simpatia para com o governo de Moçambique daquela época. Depois houve um outro aspecto que queria recordar: essa pobreza era compartilhada pelos governantes da época. Esse aspecto era muito visível e muito apreciável. Ou seja, os governantes da FRELIMO eram tão pobres quanto os restantes moçambicanos, não eram mais ricos por serem aqueles que governavam.

P.: Considera que Nkomati foi um pacto com o diabo?

PV: Certamente. O governo de Moçambique com o Acordo de Nkomati queria ganhar tempo, para respirar, para sobreviver, porque realmente tinha graves dificuldades.

Gostaria de recordar que Moçambique, na época, não tinha outras matérias-primas que não fosse a terra para cultivar e não podia cultivar aquela terra, porque tinha insegurança no campo. Hoje como sabemos o Moçambique descobriu reservas riquíssimas de gás e de outras matérias-primas, mas naquela época não era assim. Portanto, precisava daquele acordo.

Os sul-africanos, obviamente, também tinham interesse naquele acordo de um outro modo. O primeiro era de natureza securitária, ou seja, pensavam neutralizar a ameaça da *African National Congress*, que vivia em exílio em Moçambique, como em Angola e portanto, pelo menos naquilo que se referia à parte moçambicana, podia tê-la sob controlo. A *African National Congress* através do seu braço armado, assim se dizia na época, organizava atentados que naqueles anos foram atenuados. Houve por exemplo bombas colocadas em supermercados na África do Sul que causaram vítimas entre a população e também outros atentados graves, com vítimas.

Depois pensava em alargar a própria zona, o cordão de segurança, fazendo de Moçambique, se não um aliado, pelo menos um país neutro e não mais um inimigo. Então penso que esse era o interesse da África do Sul.

Naturalmente, naquela minha primeira visita a Moçambique encontrei em Maputo alguns dirigentes da *African National Congress* que estavam ali em exílio. Lembro-me muito bem da compreensão que eles tinham sobre os motivos que tinham levado o presidente Machel a fazer o acordo, mas também a amargura deles porque isso tornava mais difícil o alcançar da meta, ou seja, da libertação da África do Sul do regime do *apartheid*. Mas, deveriam ter sido mais optimistas, mais cheios de esperança porque no ano seguinte começaria na África do Sul a revolução, a grande revolução das cidades negras, que seria a premissa do fim do *apartheid*. Isso começa em 1985 e eu continuei a viajar para cobrir essa história.

P.: Nesse período a Itália era talvez o único país ocidental em cooperação com Moçambique. Como você explica uma ligação tão forte?

PV: Eu diria que a história da relação entre Itália e Moçambique, e de qualquer forma das ex-colónias portuguesas, não sei quanto tenha sido estudada e contada, mas que mereceria sê-lo a fundo. Porque é justamente uma história muito rica, feita de relações pessoais e também muito longa. Quando acontecem os factos dos quais nos ocupávamos nos anos 80, essa história já tinha-se iniciado há pelo menos 10 anos.

Essas relações foram construídas a longo dos anos. Justamente, lembramos há pouco do Congresso do partido em Roma, ao qual foram convidados os líderes dos movimentos de libertação, a audiência do Papa. Mas depois algumas cidades estabeleceram elos directos com

esses países, na Toscana e na Emilia-Romagna. Especialmente não podemos deixar de recordar a Comuna de Reggio Emilia e o seu assessor Giuseppe Soncini¹¹. Imaginar que naquela época a Comuna de Reggio Emilia tinha já um assessor para as relações internacionais... esse homem era justamente o Soncini, que se tornou um grande amigo de Moçambique e também ajudou muito Moçambique, inclusive, enviando ajuda. Organizava esses navios carregados de ajuda para Moçambique, sobretudo mantendo a atenção voltada a esse país africano. Isso em relação a humores que havia na Itália.

Mas também temos que lembrar que a Itália na geopolítica da Guerra Fria, no sistema de relações da Guerra Fria, tinha um papel especial. Esse papel era devido ao facto que na Itália os partidos de esquerda eram muito fortes, em particular, o partido comunista da época, que era o mais numeroso, radicado e mais forte eleitoralmente, o Partido Comunista do Ocidente. Por esse motivo a Itália tinha um papel na vanguarda de batido livre nas relações com aqueles países que, embora fossem ligados ao bloco comunista, estavam interessados em estabelecer relações com o campo ocidental. Então, a Itália era mais apresentável em relação a outros países, tinha mais facilidade de relações por causa dessa sua identidade política que tinha naquela altura.

Portanto, isso explica o porquê da Itália assumir tal papel e porque lhe foi permitido assumir tal papel. Isso vale para Moçambique, mas também para Angola e outros países no mundo.

P.: Mas também houve, como parte disso, uma grande cooperação económica.

PV: Certamente. A Itália naquele período estava desenvolvendo a sua política de cooperação internacional e Moçambique pelos motivos que dissemos, isto é, por ser um país com o qual se ia construindo uma forte e especial relação. Também porque na época precisava muito, até mesmo mais de que muitos outros passa a ser um dos destinatários privilegiados de ajuda da cooperação italiana. Portanto, mais uma vez tais ajudas eram realizadas através de companhias como por exemplo, a empresa que realizou as obras da barragem dos Pequenos Libombos que era uma empresa de Ravenna e, portanto, trata-se de Emilia Romagna.

Portanto, digamos que essas ajudas concretas e muito operativas começaram a ser realizadas não só como ajudas imediatas às necessidades da população, mas também como obras destinadas a durarem ao longo dos anos e a favorecer, por exemplo, o desenvolvimento agrícola de Moçambique, porque, repito, na época não tinha outra riqueza notável no país que não fosse a sua terra.

P.: O que nos tem a dizer sobre a década de 80, os republicanos nos EUA que se tornaram próximos à causa moçambicana, Ronald Reagan e outros protagonistas?

PV: Os anos 80 são a década de Reagan¹² nos EUA. Reagan que, como sabemos, com duas sucessivas administrações, praticamente levou o ocidente à vitória na Guerra Fria. Preparou e completou esse longo ciclo histórico, o final desse longo ciclo histórico. Todavia, o modo pelo qual a política da administração Reagan, em relação à África Austral, foi uma grande desilusão para nós que acompanhávamos aquela parte do mundo, especialmente, em relação à África do

¹¹ **Giuseppe Soncini** (1926 - 1991) era um político italiano, membro do Partido Comunista Italiano e uma figura de liderança no governo da cidade de Reggio Emilia, no norte da Itália. Nesta posição, promoveu vínculos entre Reggio Emilia e os países da África Austral, em particular os movimentos anticoloniais e anti-*apartheid*. Por esse trabalho, ele recebeu a título póstumo o prémio Ordem dos Companheiros de O. R. Tambo pela presidência sul-africana.

¹² **Ronald Wilson Reagan** (Tampico, 6 de Fevereiro de 1911 — Los Angeles, 5 de Junho de 2004) foi um actor e político norte-americano, o 40.º Presidente dos Estados Unidos e o 33.º Governador da Califórnia.

Sul. Reagan nunca quis condenar a política do *apartheid*, mas pelo contrário, passou a política do assim chamado “Engajamento Construtivo”¹³ que preconizava que era melhor manter boas relações para convencer os sul-africanos a mudar, do que ter relações de força, ou de confrontação.

Mas, sobre isso se encarregariam mais tarde os próprios sul-africanos, em obter uma política mais drástica em relação ao regime do *apartheid*. Porém, essa é uma peculiaridade da política da administração Reagan em relação à África Austral. Construíram ótimas relações com Moçambique. Penso que isso foi, em parte, devido à figura de Samora Machel, quando em vida. Porque ele tinha tido um papel muito importante nas negociações com a Grã-Bretanha sobre o Zimbábue e tinha construído uma relação pessoal, excelente com Margaret Thatcher¹⁴, que naquela época era a primeira-ministra britânica, e uma grande amiga do presidente Reagan. Tinham, inclusive, uma política muito alinhada. Portanto, através dessa relação com a Thatcher, essa relação entre o líder moçambicano e a presidência dos EUA foi facilitada.

Um detalhe é que o responsável da política americana da época para a África Austral teve tons muito diferentes com Moçambique em relação ao resto da situação regional.

P.: Houve posições muito diferentes da administração americana em relação a Angola e Moçambique?

PV: Digamos que a situação que se criou nos anos 80 tornou a situação muito diferente em Angola e Moçambique, porque, já dissemos, que no início era diferente. A UNITA tinha a credencial da luta de libertação, a RENAMO não tinha nenhuma credencial.

Depois houve Nkomati e então, o governo de Moçambique mostrou-se disposto a compromissos, de saber fazer política regional numa óptica de paz, para reduzir as tensões. Mas em Angola isso não acontecia, o confronto era total. Aquilo que estava em jogo era muito maior, porque Angola era já uma potência petrolífera. Como sabemos, as companhias petrolíferas americanas extraíam petróleo, abundantemente, havendo acordos com o governo angolano, enquanto que o governo de Washington não queria saber, ou fazia de conta que não sabia.

Então a situação angolana e a moçambicana eram muito diferentes. Do ponto de vista económico, em Angola havia uma grande motivação em jogo e em Moçambique não havia nenhuma. Do ponto de vista pessoal, havia boas relações em Moçambique e más, ou nenhuma relação em Angola.

Depois havia uma história de relações com a UNITA e não havia uma história particular de relações com a RENAMO em Moçambique. Havia duas políticas diferentes dos governos de Luanda e de Maputo. Todas essas pequenas diferenças faziam no final uma grande diferença política.

P.: Como é que os italianos se viram envolvidos no processo de paz?

¹³ **Constructive Engagement** - O **engajamento construtivo** foi o nome dado à política da administração Reagan para o regime do *apartheid* na África do Sul no início dos anos 80. Foi promovido como uma alternativa às sanções económicas e desinvestimento da África do Sul exigida pela Assembleia Geral da ONU e pelo movimento internacional anti-*apartheid*.

¹⁴ **Margaret Hilda Thatcher**, Baronesa Thatcher de Kesteven (Grantham, 13 de Outubro de 1925 — Londres, 8 de Abril de 2013) foi uma política britânica, Primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

PV: Havia muitas sementes que se semearam na terra. Dissemos que Moçambique era um país rico só de terras. Mas esta terra, às vezes, pode ser também fértil e essas sementes vimo-las nas coisas que dissemos até agora. Havia essas relações pessoais que tinham sido construídas muito tempo atrás, incluindo a relação entre Dom Matteo Zuppi¹⁵, da Comunidade romana de Sant'Egídio¹⁶, e Dom Jaime¹⁷, o bispo de Beira que pela primeira vez pensaram na possibilidade de, através de Dom Jaime, podia-se falar com a RENAMO.

Havia também óptimas relações com o governo de Moçambique que a nível institucional, a Itália possuía. Então, a Itália teve a sensação de poder fazer alguma coisa.

Depois havia pessoas, operadores de paz, pessoas que pensaram que poderiam pessoalmente fazer alguma coisa para aproximar o Moçambique da paz. Eu penso que havia esse sistema favorável, esse sistema de relações favoráveis.

Ainda havia também essas personalidades no início. Pela parte italiana seguramente havia Dom Matteo e Mario Raffaelli¹⁸, subsecretário das Relações Exteriores, com delegação para a África, que então se ocupava das questões africanas, da política africana da Itália. Depois subsequentemente se uniria o Embaixador da Itália em Maputo, Manfredo Incisa di Camerana¹⁹, que quando a história começou, se bem me recordo, ele não era ainda o Embaixador em Maputo.

Então Roma virou naquele momento um lugar onde as partes em conflito em Moçambique vinham e tiveram os mesmos interlocutores, sobretudo na figura do Papa, que entretanto tinha mudado e passou a ser João Paulo II. Então, isso criou o clima.

Samora Machel, pouco antes de morrer e Afonso Dhlakama vieram a Roma e foram recebidos pelo Papa. Naquela época o Cardeal Achilles Silvestrini²⁰ era Secretário de Estado e na base desses encontros e notando o interesse da Santa Sé por esses protagonistas da guerra civil moçambicana, Dom Matteo Zuppi e Mario Raffaelli foram falar com o Cardeal Silvestrini. Dessas conversas veio a ideia de se fazer alguma coisa pela paz em Moçambique, colocando junto todo esse sistema de relações que cada um possuía: Mario Raffaelli como representante do governo com um papel institucional, Dom Matteo Zuppi através da igreja moçambicana, especialmente através de Dom Jaime, poderia fazer alguma coisa que poderia ajudar Moçambique.

¹⁵ **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950) é um Padre Católico Italiano da Comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

¹⁶ **A Comunidade de Santo Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da Paz.

¹⁷ **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

¹⁸ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político Italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

¹⁹ **Manfredo Incisa da Camerana**, (Turim, 1936) Foi nomeado Embaixador de Itália em Maputo em 1990 tando acompanhado as negociações com a RENAMO até às primeiras eleições democráticas em 1994. Trabalhou desde 1987 no Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento no Ministério das Relações Exteriores trabalhou a Embaixada de Itália em Viena de 1983 a 1985, quando foi designado para representação em organizações internacionais, inclusive em Viena.

²⁰ **Achilles Silvestrini** (Brisighella, 25 de Outubro de 1923) é um Cardeal, Arcebispo Católico e diplomata Italiano, ao serviço da Santa Sé, actualmente Prefeito Emérito da Congregação para Igrejas Orientais. Foi Subsecretário e depois Secretário do Conselho de Assuntos Públicos da Igreja, Prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, Prefeito da Congregação para Igrejas Orientais e Grande Chanceler do Pontifício Instituto Oriental

P.: No princípio esperava-se que o Vaticano tivesse um papel preponderante, mas percebe-se depois que preferiu um papel mais discreto.

PV: Talvez naquela época, pelo facto de que o Vaticano havia tido contacto com todos os protagonistas da guerra civil moçambicana, o governo de Maputo, em particular o sucessor de Samora Machel, o Presidente Chissano, pensou que o Vaticano poderia, em primeira pessoa, desempenhar um papel de mediador, ou mesmo de um diálogo indirecto.

O presidente Chissano desde o início, como sempre o disse, estava convencido e queria chegar a um acordo. Tinha, inclusive, posto isso como uma prioridade dos seus objectivos políticos. Mas o Vaticano não tinha esse papel. Não é comum desenvolver esse papel e, se por ventura, lhe tenha sido pedido, não o aceitou. Mas conhecia quem poderia operar. Obviamente, em primeiro lugar, a Comunidade de Santo Egídio, os seus dirigentes e sabendo, enfim, das boas relações que a Comunidade tinha em Moçambique com os guias espirituais da Igreja moçambicana, em particular com Dom Jaime.

P.: O que nos tem a dizer sobre os protagonistas italianos?

PV: Eu sempre pensei que nas características muito especiais dessas negociações estavam em jogo muitos factores. Portanto, é muito difícil fazer-se um modelo aplicável noutros contextos. Também actuaram personalidades muito especiais que pela parte italiana foram protagonistas. Ou seja, Mario Raffaelli, Dom Matteo Zuppi, e o Embaixador Incisa da Camerana.

Mario Raffaelli era um homem político, mas um homem político não muito importante no seu partido, não pertencia a correntes da maioria. Quando foi Subsecretário das Relações Exteriores por dois governos sucessivos, na segunda vez teve dificuldade em ser reconfirmado pelo seu próprio partido, justamente porque não pertencia a correntes maioritárias do partido socialista da época que tinha como secretário Bettino Craxi²¹.

Dom Matteo Zuppi era tudo menos que um padre da cúria, um padre diplomata, um padre do Vaticano. Era um padre muito ligado aos pobres, um padre que operava na sociedade em Roma por décadas e que se empenhou em ajudar os pobres. Então, o definiria como um verdadeiro homem da igreja, um verdadeiro homem do evangelho, mas, certamente, não um padre da cúria.

Manfredo Incisa da Camerana, embora fosse um diplomata de alto escalão, comportou-se naquilo que lhe tocava fazer nas negociações que havia entre a FRELIMO e a RENAMO, de maneira muito atípica para um diplomata, assumindo riscos pessoais, seja no plano económico, quer no profissional, assumindo compromissos que se, por ventura, não andassem bem teriam custado caro, profissionalmente, para a sua carreira. Poderia ter sido repreendido pelo seu ministério. Mas por fim tudo acabou bem e acabou sendo parabenizado. Mas se as coisas tivessem ido mal, teria ficado comprometido, por aquilo que tinha feito para favorecer a paz. Ele fez tudo isso por iniciativa pessoal, não agindo mediante instruções do Ministério das Relações Exteriores, em Roma.

²¹ **Benedetto "Bettino" Craxi** (Milão, 24 de Fevereiro de 1934 — Hammamet, 19 de Janeiro de 2000) foi um político italiano, secretário do Partido Socialista Italiano (PSI) de 1976 a 1993 e Presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) da Itália entre 4 de Agosto de 1983 e 17 de Abril de 1987, tendo sido o primeiro membro do PSI a ocupar o cargo. Craxi foi uma figura proeminente da chamada Primeira República italiana (1948-1994). Promoveu uma renovação do PSI e da esquerda italiana, o que o levou a enfrentar dura resistência, tanto por parte do Partido Comunista Italiano, quanto do seu próprio partido.

Se não tivesse sido por essas três personalidades, tão particulares, talvez a história teria sido diferente. Não teria havido aquele impulso.

P.: Pode-se dizer que os mediadores, apesar de financiados pelo governo italiano, agiram com muita liberdade de acção?

PV: Sim. Então, digamos assim, eles nunca foram boicotados, tiveram liberdade de acção. Se a coisa tivesse dado certo, tinha-se só a ganhar, se tivesse dado errado ninguém teria sido prejudicado, oficialmente, pela parte italiana. Então o risco foi assumido por eles três, certamente.

P.: Quais foram as consequências para a região a queda do Muro de Berlim?

PV: Em 1989, depois de um verão conturbado no qual aconteceram, uma depois da outra, coisas impensáveis nos países comunistas da Europa Oriental, o Muro de Berlim²² caiu. Essa era a coisa mais impensável de tudo. O muro caiu e o mundo mudou radicalmente, era como se tivesse uma armadura, um gesso que de repente se rompe em mil pedaços.

Podem acontecer no mundo coisas que antes não seriam possíveis de acontecerem. Na África Austral, toda uma série de rigidez saem de acção e os países encontram-se não só abandonados a si próprios, em relação às ajudas que recebiam, de uma parte, ou de outra, mas sobretudo, convidados muito cedo a fomentar o desenvolvimento democrático, porque a Guerra Fria tinha justificado todos os totalitarismos, ditaduras que justamente não eram mais justificadas, defensíveis após a queda do Muro de Berlim.

Certamente o fim do conflito este-oeste é a condição necessária para o fim do *apartheid* na África do Sul. Não somente, porque se não tivesse tido também o movimento, o sacrifício, a revolta dos sul-africanos teria vindo talvez ainda mais tarde, ou noutras formas. Mas, enfim, chega muito cedo. Nelson Mandela²³ foi libertado no ano seguinte da queda do Muro de Berlim. Então, foi muito rápido. Caíram todas aquelas justificações do confronto dos movimentos armados ocidentais e comunistas, mas, sobretudo, cessam as ajudas a esses movimentos, a ajuda militar a esses movimentos armados. Então, é como fantoches que antes eram manobrados por outros e que agora caem no chão e têm que passar a contar com suas próprias forças que são escassas e, portanto, têm que encontrar uma solução para o problema deles, que não podem mais depender da ajuda dos seus protectores internacionais.

A queda do muro de Berlim teve consequências globais, como por exemplo, sobre o controle de armas nucleares entre as duas potências.

Mas se há uma região no mundo onde muito rapidamente, no espaço de semanas, ou meses, da queda do muro de Berlim, houve consequências históricas, consequências épicas foi na África

²² O **Muro de Berlim** foi uma barreira física construída pela República Democrática Alemã (Alemanha Oriental - socialista) durante a Guerra Fria, que cercava toda a Berlim Ocidental (capitalista), separando-a da Alemanha Oriental (socialista), incluindo Berlim Oriental. Este muro, além de dividir a cidade de Berlim ao meio, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos ou partes: República Federal da Alemanha (RFA), que era constituído pelos países capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos e a República Democrática Alemã (RDA), constituído pelos países socialistas sob jugo do regime soviético. Construído na madrugada de 13 de Agosto de 1961, dele faziam parte 66,5 km de gradeamento metálico, 302 torres de observação, 127 redes metálicas electrificadas com alarme e 255 pistas de corrida para ferozes cães de guarda.

²³ **Nelson Rolihlahla Mandela** (Mvezo, 18 de Julho de 1918 — Joanesburgo, 5 de Dezembro de 2013) foi um advogado, líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, depois de 27 anos na prisão. Considerado como o mais importante líder de África, vencedor do Prémio Nobel da Paz de 1993 e pai da moderna nação sul-africana, onde é normalmente referido como Madiba.

Austral, onde muito rapidamente houve a retirada das forças estrangeiras de Angola, houve o início do processo de independência da Namíbia, que era uma história que se arrastava há décadas - a ONU foi fundada com a situação namibiana em curso. A ONU tinha essa questão em toda a sua história. De repente, em cerca de poucas horas resolve-se aquela questão.

Depois, naturalmente, a libertação de Nelson Mandela que aconteceu poucos meses após a queda do muro de Berlim e o início do processo que pôs fim ao *apartheid* na África do Sul. Então, tudo mudou e muito rapidamente depois da queda do Muro de Berlim na África Austral.

P.: A imprensa falava da fórmula italiana... como jornalista como via isso na época?

PV: Tenho que colocar uma premissa: os jornalistas são ávidos por notícias, mas também se cansam, muito rapidamente. Então na época elogiámos, escrevemos com grande entusiasmo sobre o início das negociações. Depois, quando as negociações começaram a ficar mais técnicas, quando se trabalhava em buscar o caminho que consentiria o encontro directo entre as duas partes, certamente a imprensa distraiu-se e não seguiu, passo a passo, a evolução das negociações moçambicanas.

No entanto, sabia-se que havia dificuldade em trazer a FRELIMO e RENAMO para a mesma mesa. Era muito difícil para o governo moçambicano e ainda mais para a RENAMO, porque isso significaria reconhecer a legitimidade do governo, ou seja, não viriam mais a FRELIMO como um outro movimento qualquer, mas sim como o governo legítimo do Moçambique.

Portanto, sabíamos muito bem que esse era o obstáculo, mas certamente não sabíamos como esse obstáculo poderia ser resolvido. Não tínhamos uma ideia. Depois soubemos que alguém, em particular Mario Raffaelli, tirou uma carta da manga e encontrou a solução.

P.: Houve um ataque à barragem cuja construção era apoiada pelos italianos e isso perigou as relações de Moçambique com a Itália. Como se apresentou o conflito e como foi resolvido?

PV: O ataque à barragem de Pequenos Libombos foi um momento de crise, um momento que se viu com muito desgosto as boas relações e cooperação, o fluxo de ajudas, o empenho financiador que se tinha com Moçambique, cessassem, ou que fossem drasticamente reduzidos. Isso aconteceu seja na Itália, seja na África Austral.

Particularmente havia um jornalista italiano que escrevia para a imprensa italiana mas que vivia na África do Sul, Giancarlo Coccia²⁴, que foi talvez tenha sido o mais explícito em pedir a redução e o cessamento dessa cooperação entre a Itália e o governo da FRELIMO.

Giancarlo Coccia era uma pessoa que eu, ou qualquer jornalista que tenha viajado pela África Austral naqueles anos não podia deixar de encontrar. Por vários motivos, mas principalmente porque ele trabalhava como jornalista e, portanto, encontrava-se nos mesmos lugares, nos mesmos compromissos que todos nós tínhamos, onde houvesse notícia. Em segundo lugar,

²⁴ **Giancarlo Coccia** Depois de se licenciar em Ciência Política trabalhou como jornalista em Milão e Bona. Em 1968, cobriu a guerra do Vietname. Após uma estada em Londres, foi transferido para Bruxelas e incumbido de seguir as actividades da NATO e da antiga Comunidade Económica Europeia. O seu primeiro contacto com a Guerra Colonial ocorreu em 1970, quando testemunhou os confrontos militares em Angola. Desde então, o embate das ideologias em África monopolizou a sua atenção, levando-o a Moçambique em 1973. Durante quase todo o período que mediou entre o 25 de Abril e a transferência de soberania para a FRELIMO, Giancarlo Coccia conseguiu permanecer em território moçambicano. Depois da Independência de Moçambique mudou-se para a África do Sul.

porque Giancarlo Coccia é um personagem que não passava despercebido, com o seu bigode à Salvador Dali e com os seus comportamentos bizarros.

Lembro-me uma vez que estava esperando que se iniciasse uma conferência de imprensa de Chefes de Estado, em Lusaca, na Zâmbia, onde havia uma cimeira regional. Estávamos nessa sala esperando justamente o Presidente da Zâmbia e outros Chefes de Estado e Giancarlo Coccia esperava-os quase que deitado na cadeira com os pés sobre a mesa, portanto, um comportamento que não se podia deixar de notar. Eu via-o, frequentemente, mas limitámo-nos a dar um “olá”. Até mesmo porque muito cedo - não sei se ele sabia algo sobre mim - fiquei sabendo algo sobre ele e soube que era um personagem ligado à extrema-direita, não tanto aquela italiana, mas a extrema-direita que havia tentado opor-se até ao último momento, ao fim do colonialismo português em Moçambique. Então, ligado a ambientes de extrema-direita portugueses, sul-africanos e também ao passado colonial do Moçambique. Portanto, não tinha particular interesse de me relacionar com ele. Sabia quem era e mantinha uma certa distância.

P.: Depois do acidente, a cooperação entre Moçambique e Itália continuou boa?

PV: Daquilo que eu me lembro a crise teve vida curta. Certamente houve um certo medo, clamor na imprensa, mas depois, daquilo que me lembro, posso ter-me esquecido porque se passaram muitos anos, porém o ataque dos Pequenos Libombos e a morte dos dois nossos compatriotas que trabalhavam na barragem não tiveram um efeito negativo duradouro nas relações Itália-Moçambique e sobre a cooperação entre os dois países.

P.: Como jornalista acompanhou sobre o massacre de Homoíne?

PV: Quando aconteceu o massacre de Homoíne²⁵, eu não estava em Moçambique, mas na Itália. Eu me lembro muito bem do clamor que a notícia levantou, porque chegou a um momento que as hostilidades da RENAMO e da FRELIMO não pareciam que fossem assim tão acirradas. Era um período no qual os combates eram de baixa intensidade e desde então, de repente, começaram a chegar notícias desses massacres que eram enormes. Havia dezenas e dezenas de vítimas massacradas dum modo terrível. Portanto, foi difícil também entender a lógica desse massacre. Se o sacrifício das pessoas que morreram daquele modo serviu a alguma coisa foi talvez ter chamado a atenção do mundo, na época, sobre a situação de Moçambique.

Visto retrospectivamente, aquele massacre faz-nos entender quanto tenha sido precioso o trabalho dos operadores da paz e o alcançar do acordo de paz de 1992. Porque podemos pensar também no exército de libertação em Uganda. Ali não houve um processo como aconteceu em Moçambique e até hoje as últimas forças da *resistance army* para mostrar que estão vivos, continuam a matar camponeses. Isso teria sido um futuro possível se não tivesse havido a paz.

P.: Durante o processo da negociação militar houve um caso interessante, o chamado “Manchas de Leopardo” que foi mais tarde, substituído, ironicamente pelas “Listas de Zebra”. O que nos tem a dizer sobre isso?

PV: Durante as negociações pôs-se muito cedo a questão de fomentar um acordo no campo militar, de segurança. As partes acordaram que se tratava de realizar esses três corredores que eram vitais à economia de Moçambique e que ligavam os portos de Moçambique, os centros económicos de Moçambique com os países vizinhos. Esses corredores ferroviários, ou de

²⁵ **Massacre de Homoíne** - Aconteceu por volta das 9 horas da manhã do dia 18 de Julho de 1987, na província de Inhambane, no qual centenas de pessoas foram mortas e outras raptadas.

estradas teriam consentido à economia moçambicana recomeçar a respirar, permitir que o coração económico de Moçambique voltasse a bater, porque estava paralisado há tempos.

Então tratava-se de manter seguros esses corredores. Como sabemos, um desses já estava activo, o do Zimbabwe com os seus soldados e agora tratava-se de garantir a segurança dos corredores no âmbito dos acordos provisórios do acordo de paz. Essa questão foi levada pelos negociadores italianos à atenção dos americanos, que acompanhavam com grande interesse a evolução das negociações. Mas dessa vez não tanto os diplomatas americanos, mas os militares, nesse caso o Pentágono, Departamento de Defesa que era especialista em questões desse tipo.

Quando foi apresentada aos americanos a ideia dos corredores, os especialistas americanos a rejeitaram, reprovaram imediatamente, alegando que nunca se tinha visto algo assim, que era impraticável, que não se podia pensar num cessar-fogo que tivesse a forma de um corredor, que talvez, no máximo, poderia se pensar em “manchas de leopardo”, ou seja, regiões de segurança aqui e ali, mas não mais que isso. Não uma faixa longa de território.

A discussão foi abordada por Mario Raffaelli, como representante do governo italiano, com os especialistas do Pentágono. Mario estava muito preocupado com deixar de lado a ideia dos corredores, rejeitada pelos especialistas americanos. Portanto, diante dessa teoria das “manchas de leopardo” ele teve uma ideia de génio, com humorismo disse ao seu interlocutor que ao invés de “manchas de leopardo” aqui em Moçambique funcionariam as “listras de zebra”. De facto, assim foi feito.

Então o conselho e a experiência militar dos americanos foram batidos pelos factos. Lembrando desse facto, vem-me à memória que essa não foi a primeira, nem última vez que os italianos tiveram, num contexto internacional, um desacordo profundo com os americanos. Não foi a primeira, porque já tinha havido no Líbano e não foi a última, porque haveria de seguida, no início dos anos 90 na Somália, onde os italianos estavam presentes também militarmente, como no Líbano, durante os anos 80. Houve sempre um desacordo com os americanos, sobre a relação dos aspectos políticos e diplomáticos e sobre os aspectos militares.

Os americanos com um tom maior sobre a abordagem militar, os italianos sempre mais políticos, diplomáticos, negociadores. Essa atitude dos italianos não era apreciada pelos americanos, que os via como traiçoeiros, como pessoas que estavam sempre prontas a pactuar com o inimigo para não ter problemas. Os italianos, ao contrário, diziam que não era com armas que se resolvem os problemas, então favoreciam a abordagem do diálogo.

Tenho que dizer que como Moçambique, também no Líbano e depois, na Somália, creio que se possa dizer que com 20 anos de distância dos factos, em todos os três casos a conduta italiana era a certa e não a dos americanos.

P.: Você pensa que a confiança que se criou entre ambas as partes foi essencial para se conseguir a paz?

PV: Eu penso que sim. Penso que a história tenha sido jogada muito no plano pessoal, na duração, portanto, na construção de relações entre as pessoas, favorecida pelo clima que se criava à volta, pelos protagonistas italianos. Penso que trabalhámos – refiro-me a nós italianos - muito bem ao favorecer o encontro, ao favorecer a construção da confiança entre as partes que até então se tinham visto somente atrás de um cano de um fuzil e que não estavam, necessariamente, prontas a deixar de lado os fuzis e a olharem-se nos olhos directamente. Havia

uma vontade em fazê-lo, principalmente por parte da FRELIMO e por parte do Presidente Chissano. Mas para que essa vontade se concretizasse houve todo um longo trabalho e as relações pessoais tiveram grande influência.

P.: Em termos gerais, o que pensa que deve ser, em casos como este, o papel de um negociador?

PV: Eu penso que o negociador tem um papel muito complicado. Tem que demonstrar antes de tudo que não tem nada a perder falando, ou seja, que falando com a própria contraparte não se perde nada, não se perde a cara, não se perde a honra. É uma coisa que se pode fazer sem custos, ou melhor que possa ser um investimento.

Portanto, o negociador tem que indicar que o diálogo é uma coisa boa para cada um, primeiramente. Em segundo lugar, tem que trabalhar com fantasia, porque é claro que as duas partes em conflito tenderão, fatalmente, a acabar contra um muro, a contrapor-se. Então o negociador tem que inventar estradas que contornem o muro.

Neste contexto, diria que se temos que distribuir os papéis, Santo Egídio, Dom Jaime actuaram muito no primeiro aspecto, ou seja, disseram: “Falem que não tem nada de ruim nisso, pelo contrário, pode ser até muito bom, mas de qualquer forma vocês não tem nada a perder.” Mario Raffaelli ocupou o segundo papel, ou seja, inventar a estrada, dizer: “Se por aqui não se passa, por que vocês não tentam? Façam-no vocês, por favor.” Esse é um aspecto fundamental, porque um negociador não pode mais se substituir às partes, tem sempre que estar ao lado. Mas ele lhes disse: “Porque não tentam passa por aqui?”

Depois um outro papel do negociador e isso fizeram-no todos e talvez aqui podemos dar o papel predominante ao Embaixador Incisa, tem que mostrar imediatamente aquilo que há de bom no pouco que se obtém. Incisa tão logo houvesse um acordo, tirava do próprio bolso para que fosse realizado o acordo, ou seja, mostrava às partes que se podia fazer, que aquela parte pequena, aquele pequeno ponto podia ser realizado com benefício para todos e se podia seguir adiante.

Depois é preciso confiança e esperança no êxito final. Às vezes não se vêem, mas é preciso crer que se possa haver um final feliz nas negociações. Acreditar sempre.

P.: Durante negociações também houve alguns momentos de tensão, nomeadamente no que respeita ao Preâmbulo.

PV: Eu sou um jornalista e mesmo se por carácter não acredito ser uma pessoa cínica, tenho o dever profissional de sê-lo. Sempre pensei que as negociações se resolvessem com dinheiro. A história das negociações de Moçambique é para mim uma demonstração que não é bem assim. Claro que o dinheiro ajuda, claro que a Itália financiou a paz e a construção da paz, mas os verdadeiros obstáculos não eram dessa natureza, não era pagando às partes que se obteria o consenso.

No fundo a questão seria muito simples se fosse assim. Talvez hoje no mundo, depois do fim das ideologias, tivemos que lidar com movimentos que tinham como único objectivo enriquecer os seus líderes. Mas, certamente, não era assim naquela altura. Estavam em jogo visões do mundo, partes dos países que cada um representava, ou que pelo menos acreditava

que representasse. Portanto, o interesse da população que se pensava de representar e assim por diante. Princípios também, ou pelo menos aquilo que para eles eram os princípios.

Portanto, certamente a questão do reconhecimento recíproco é um daqueles muros e contra muros que falávamos anteriormente. Certamente Mario Raffaelli encontrou a estrada para contornar o muro com a ideia do Preâmbulo. Como foi que no fim deu tudo certo, foi tudo aceite? Penso que além de todo o trabalho feito individualmente, por cada uma das pessoas podemos dizer de modo superficial, mas não errado, que o tempo estava maduro. Não havia mais a vontade de se seguir adiante na estrada da guerra e do confronto. Portanto, se o compromisso aparecia, mesmo se minimamente aceitável, o compromisso teria sido aceite e assim foi.

P.: É geralmente afirmado que os dois pontos principais são o Preâmbulo e a Conferência dos Doadores. Concorda com essa ideia?

PV: Sim, digamos que o Preâmbulo, a ideia de Mario Raffaelli do Preâmbulo, é um modo de obter indirectamente dos factos, não com uma declaração directa, mas de obter o reconhecimento do governo legítimo de Moçambique, por parte da RENAMO. Com quais vantagens para a RENAMO? Com a vantagem que a RENAMO poderia mais tarde no âmbito das instituições de Moçambique, gozar de um direito de veto sobre cada ponto das leis fundamentais que julgasse danoso para si ou perigoso para si.

Portanto, reconhecia a legitimidade do governo da FRELIMO, mas ao mesmo tempo tinha um direito de palavra e de voto, quase de veto, sobre as leis fundamentais do país. Foi uma concessão importante.

Depois houve a conferência dos doadores que é a forma mais nobre do discurso que fiz antes, ou seja, a forma mais nobre do facto que a paz é também uma questão de dinheiro. O facto que Moçambique precisava muito de dinheiro, porque era um país destruído, um país sem nada. Até os portugueses os tinham deixado sem nada. Aquele nada tinha sido perdido na guerra também, então havia só o peixe no mar e o solo dos campos para semear, mas não havia sequer as sementes para semear. Então, a conferência dos doadores era uma condição fundamental.

Fala-se muito do dividendo da paz. O que rende a paz? Pois bem, a conferência dos doadores seria a prova de que a paz rendia, que a paz dava dividendos a todos os moçambicanos. Também toda essa iniciativa da conferência dos doadores constitui um precedente, uma novidade absoluta que foi introduzida no contexto dos acordos de paz, das negociações de paz, que depois se tornaria, esse sim, sem dificuldades e discussões, um modelo, um formato que seria aplicado nas mais variadas circunstâncias. A palavra conferência dos doadores hoje é comum, mas na época, era uma novidade absoluta.

P.: Qual foi, na sua opinião o papel da ONU na paz em Moçambique?

PV: Teve um papel importante não tanto nas negociações, mas na aplicação dos acordos de paz do Moçambique foi reservado a ONU, que foi chamada

Não podemos esquecer no âmbito complexo das negociações, o papel da ONU que foi muito importante, sobretudo em tranquilizar a RENAMO. Para a ONU, o papel desempenhado

também por uma personalidade italiana que é Aldo Ajello²⁶, um funcionário de alto escalão da ONU que desempenhou, muito activamente, o seu papel. Mais tarde Ajello ter-se-ia sobressaído também como representante da UE na região dos Grandes Lagos.

É uma pessoa que conhece muito bem a situação ruandesa, a situação seguinte ao genocídio, e assim por diante. Mas na época ocupou-se com grande energia e tenho que dizer que é uma quarta figura italiana envolvida nessa história, que não teve um papel, digamos, fundamental como aqueles que mencionámos antes: Dom Matteo, Mario Raffaelli, o Embaixador Incisa, mas adicionou-se ao processo no meio da estrada e teve um papel muito importante.

P.: Um outro momento de tensão foi quando Mugabe e Tiny Roland tentaram fazer um encontro em Gaborone fora do contexto de Roma. O que nos tem a dizer sobre a tentativa de reunir os dois presidentes em Gaborone?

PV: Lembro-me muito bem do papel que tinha na época e que tentou ter no âmbito das negociações, Tiny Roland²⁷. Ele era uma pessoa extremamente rica, extremamente bem conectada na África Austral e um pouco com todos os governos e regimes, por conta dos interesses conspícuos que tinha nesses países. Era, obviamente, uma pessoa que tinha à sua disposição meios também não indiferentes. Provavelmente, meios muito maiores àqueles que o governo italiano podia colocar em campo, no contexto moçambicano, sem falar da comunidade de Santo Egidio.

Portanto, buscou através de suas ótimas relações com alguns governantes da região, por exemplo com o presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe²⁸, de apossar-se desse *dossier*. Lembro-me muito bem que se temia na época, mas que depois não aconteceu. Mas não sei dizer o porquê.

P.: Quais são as suas memórias pessoais de Moçambique?

Eu disse antes que estive pela primeira vez, em Moçambique, em 1984 e, certamente, já naquela minha primeira estadia me apaixonei por Moçambique. Moçambique era um país que por tantos motivos me permaneceu na alma.

Mais tarde, nos anos seguintes eu não acompanhei o quanto eu gostaria de ter acompanhado por motivos muito simples. Porque havia histórias que chamavam mais à atenção a começar, obviamente, pela África do Sul.

Aquilo que acontecia é que o jornal mandava-me para a África do Sul e uma vez que estava por lá, dizia aos meus directores: “Uma vez que estou aqui, com um pouco de dinheiro adicional, talvez possa ir a Maputo para ver a situação por lá.” Algumas vezes davam-me o aval. Assim voltei a Moçambique, digo sempre que com uma história lateral em relação à história principal que era a África do Sul, inclusive, geograficamente.

²⁶ Aldo Ajello (1936), de nacionalidade italiana, foi o representante especial e chefe da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) a partir de Outubro de 1992 a Dezembro de 1994.

²⁷ Roland "Tiny" Rowland (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controlo do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

²⁸ Robert Gabriel Mugabe (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos. Participou no movimento de libertação de Joshua Nkomo, a ZAPU, em 1960 e três anos mais tarde funda a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF). É preso em 1964 devido às suas actividades políticas, sendo libertado em 1974, altura em que parte para Moçambique, onde lidera uma guerrilha que se opõe ao Governo de minoria branca de Ian Smith. Torna-se primeiro-ministro da ex-Rodésia (já depois do fim do Governo liderado por Ian Smith) em 1980, ao vencer as primeiras eleições democráticas. Em Abril do mesmo ano, é declarada a independência do país que passou a ser designado por Zimbabwe

Mas depois houve o facto de que as negociações foram para Roma, e portanto, eu podia acompanhá-las estando em Roma. Era uma história jornalisticamente difícil de vender porque era uma negociação, como dizíamos antes, longa e complicada. Os jornais não têm ideias longas e complicadas, mas sim histórias curtas, breves e clamorosas.

Mas dessa história toda restaram-me belas amizades, mesmo em Maputo. Eu lembro-me muito bem do Ministro da Informação de Moçambique que vinha a Roma periodicamente, que falava italiano. Quando falamos da relação entre Itália e Moçambique não podemos nos esquecer, por exemplo, que há José Luís Cabaço²⁹ que estudou na Itália, fala um excelente italiano e era um interlocutor. Toda a vez que vinha a Roma era um prazer encontrá-lo e falar com ele.

Portanto, para mim, Moçambique também são tantas relações pessoais, um pouco desgastadas pelos anos, mas sempre vivas.

²⁹ **José Luís Cabaço** (Maputo, 10 de Agosto de 1941) licenciado em Ciências Sociais pela Università degli Studi di Trento, Itália em 1971 e Doutorado em Antropologia Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, em 2007, foi jornalista, militante da FRELIMO na clandestinidade e Ministro de Informação e dos Transportes no Moçambique pós- Independência.